



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

O Município de Pantano Grande TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que, de acordo com o contido no **Processo Licitatório nº 037/2018**, fará realizar licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018**, do tipo “**Menor Preço por Item**”. A licitação será regida de acordo com a legislação pertinente, em especial as Leis Federais 10.520, de 17 de julho de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto Federal 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto Municipal 555, de 09 de junho de 2016, juntamente com as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos. Procedimentos para acesso através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DATA, HORA E LOCAL.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 04 de julho de 2018.

HORÁRIO FINAL PARA O ENVIO DE PROPOSTAS: Até às 8h50min.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09 horas, horário de Brasília - DF.

ABERTURA DO ITEM PARA A FASE DE LANCES: Às 09h15min.

SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.1. Após a abertura da sessão pública pelo pregoeiro, o item permanecerá fechado, não sendo possível o envio de lances até às 09h15min deste mesmo dia, para realização dos procedimentos de análise das propostas iniciais, e se for o caso, a desclassificação das mesmas em desconformidade a este edital.

1.2. Somente poderão participar da Sessão Pública, os interessados que apresentarem propostas através do site descrito acima, até às 08h50min do dia da abertura da Sessão Pública.

1.3. As licitantes deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários acima definidos, tanto o da abertura da sessão pública, como o da abertura do item para o início da fase de lances.

2. DO OBJETO.

2.1. A presente tem por objeto a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração, visando a **AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) CÂMARAS/GELADEIRAS PARA CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS A ENERGIA SOLAR**, de acordo com a proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 10542.928000/1170-01 do Ministério da Saúde, conforme descrição e especificação no ANEXO I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderão participar deste certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento constante deste Edital e seus Anexos, devidamente cadastradas no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de Habilitação previstas no edital e seus anexos, e se for o caso, a opção pela Lei Complementar nº 123/06.

3.2. É vedada a participação de empresa:

3.2.1. Em processo de falência ou de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2. Empresas que estejam constituídas em consórcios;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

3.2.3. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93;

3.2.4. Que esteja suspensa de licitar junto com a Administração Municipal de Pantano Grande/RS, no prazo e nas condições do impedimento ou, ainda, esteja cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei 8.666/93;

3.2.5. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

3.2.6. Incurrer em outros impedimentos previstos em Lei.

3.3. Condições para participação das empresas beneficiadas:

3.3.1. Nos termos dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, as Empresas Beneficiadas deverão apresentar toda a documentação exigida na Habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à Regularidade Fiscal.

3.3.2. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às ME's e EPP's, o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora de item(ns), **prorrogáveis por igual prazo**, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

3.3.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar a licitante remanescente na ordem de classificação para contratação ou revogar a licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA.

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá se credenciar no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. As instruções para cadastro estão contidas no site.

4.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Pantano Grande - RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS.

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo: MARCA; FABRICANTE; PREÇO UNITÁRIO; PREÇO TOTAL; DETALHAMENTO DO ITEM, e demais informações necessárias até o horário previsto, no **subitem 1.2, sob pena de inabilitação**.

5.2. A proposta de preços deve ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

5.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006, deverão fazer esta opção, no momento do cadastramento da proposta no sistema eletrônico.

5.4. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem anterior, será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06.

5.5. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim com os lances inseridos durante a Sessão Pública.

5.6. Incumbirá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão. É de sua inteira responsabilidade, o ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo Pregoeiro ou de sua desconexão com a internet.

5.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.8. Toda proposta que eventualmente contemple produto que não corresponda às especificações deste edital, será desclassificada.

5.9. NA PROPOSTA, SERÁ CONSIDERADO OBRIGATORIAMENTE:

Adicionando a Proposta no Sistema:

VALOR UNITÁRIO R\$ 0,00

VALOR TOTAL R\$ 0,00

MARCA xxx

FABRICANTE xxx

DETALHAMENTO DO ITEM xxx

5.9.1. Prazo de validade da proposta: de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da Sessão Pública.

5.10. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como: abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

5.11. Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

5.12. Não sendo emitida a nota de empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim o concordar.

5.13. A Nota Fiscal de venda deverá ser em nome da empresa proponente que participou da licitação.

5.14. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA – (Análise das Propostas).

6.1. O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital.

6.2. O Pregoeiro e sua equipe analisarão cada proposta, desclassificando aquela que se encontrar em desconformidade com os requisitos mínimos estabelecidos neste edital.

6.3. O sistema ordenará automaticamente, a(s) proposta(s) classificada(s) pelo pregoeiro, sendo que somente esta(s) participará(ão) da fase de lances.

7. DA ABERTURA DOS ITENS – (Fase de Lances).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

7.1. Depois de classificado a(s) proposta(s), o pregoeiro dará início a fase competitiva na data e horário determinados no preâmbulo deste edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo esta imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor unitário de cada item, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real do menor valor do lance registrado, vedada à identificação do seu detentor.

7.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível para as licitantes na recepção dos lances, retornando quando possível no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa pelo sistema, e terá seu reinício somente após a comunicação expressa no 'chat' aos participantes pelo Pregoeiro.

7.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar/solicitar contrapropostas diretamente a licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso pelo sistema.

7.8.1. O tempo de **IMINÊNCIA** poderá ser de até **60 (sessenta) minutos** e será definido pelo pregoeiro durante a sessão de lances de cada item, findo o qual transcorrerá período de tempo **ALEATÓRIO** de até **30 (trinta) minutos**, neste, encerra-se a recepção de lances a qualquer momento.

7.9. - Do empate ficto:

7.9.1. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do **empate ficto**, pelo sistema, previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas.

7.9.2. Entende-se como **Empate Ficto**, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam **superiores em até 5% (cinco por cento)**, à proposta mais bem classificada.

7.9.3. Ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.9.3.1. As microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas detentoras da proposta de menor valor, serão convocadas no '**Chat**', após o encerramento da fase de lances, para apresentarem no prazo de **5 (cinco) minutos nova proposta**, ou seja, **um único lance**, inferior àquele considerado até então de menor preço.

7.9.3.2. Se as empresas beneficiadas, convocadas no '**Chat**' na forma do **subitem anterior**, não apresentarem um novo lance inferior ao de menor preço, será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.9.3.3. No caso de equivalência dos valores, apresentados pelas "Empresas Beneficiadas", que se encontre em situação de empate ficto, o próprio sistema às classificam para um novo, e único lance.

7.9.3.4. Se nenhuma empresa beneficiada satisfizer as exigências, será declarado vencedor do certame a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

7.9.3.5. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante em conformidade as disposições deste Edital e seus Anexos.

7.10. Do Encaminhamento da Proposta e Documentação.

7.10.1. Após a publicação na ata eletrônica das “Empresas Melhores Classificadas”, começa a contar o **prazo de até 2 (dois) dias úteis**, podendo este ser prorrogado por igual prazo a critério da Administração, para a postagem do envelope contendo a PROPOSTA e a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO na ordem do item 8, por “SEDEX” ou outro meio equivalente. Na hipótese da entrega dos documentos ser realizada pessoalmente, a mesma deverá ocorrer em horários de expediente deste órgão, somente no setor de Licitações e Contratos.

NO AVERSO DO ENVELOPE:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PANTANO GRANDE/RS

RUA WALDO MACHADO DE OLIVEIRA, Nº. 177, CENTRO, PANTANO GRANDE/RS, CEP: 96.690-000

PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ___ / 20__

RAZÃO SOCIAL _____

CNPJ nº. _____

7.11. A proposta deverá estar devidamente assinada pelo Diretor-Sócio Gerente ou equivalente, se for procurador, anexar procuração com poderes para tal, com firma reconhecida em Cartório (conforme modelo Anexo II).

8. DA HABILITAÇÃO.

8.1. Será verificada mediante a apresentação da documentação abaixo relacionada e em vigor na data da Sessão Pública, obedecendo rigorosamente o prazo fixado no subitem 7.10 e na ordem conforme segue:

8.1.1. Proposta Ajustada ao Lance final, (conforme modelo Anexo VII), em uma via contendo: o número do item conforme edital, descrição, quantidade, unidade, marca, modelo, valor unitário e valor total, onde, o valor deverá ser igual e/ou menor ao lance vencedor; nome do banco; número da conta e o número da agência para depósitos dos valores das obrigações pactuadas, bem como carimbo do CNPJ e a assinatura do titular, e-mail - para o envio da(s) nota(s) de empenho(s). Se preposto, anexar procuração com poderes específicos para o fim, (conforme modelo Anexo II).

8.1.1.1. Deverá fazer parte integrante da proposta comercial, o prospecto ou folder do equipamento, contendo as especificações técnicas mínimas do produto ofertado.

8.1.2. HABILITAÇÃO:

a) ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor ou, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados, ou, no caso de empresa individual, prova do registro comercial;

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), este, não superior a 90 (noventa) dias;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União);

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

g) prova de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT);

h) certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias.

i) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.3. Registro do produto na ANVISA, conforme Lei nº 6.360/76.

8.1.4. Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa participante da licitação. Caso esteja em processo de renovação, a proponente deve apresentar comprovante de tramitação.

8.1.5. Declaração de Idoneidade, e sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo, para contratar com o poder público, conforme prescreve o inciso IV, Art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, conforme **Anexo III**.

8.1.6. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do **Anexo IV**.

8.1.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte (enquadradas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14) ou cooperativas (enquadradas nos termos do artigo 34 da Lei nº 11.488/07), deverão apresentar, além de todos os documentos exigidos, **uma das opções abaixo especificadas**:

a) declaração, firmada por **contador ou técnico contábil e o seu número de registro no CRC**, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual ou cooperativa e não está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º do referido diploma legal (conforme modelo do Anexo V, ou do Anexo VI) deste edital, ou;

b) certidão simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado onde se localiza a empresa licitante (conforme Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC), ou em outro órgão público competente para registros públicos. A referida certidão deverá ter sido expedida em no máximo 03 (três) meses anteriores a data determinada para a sessão pública.

8.1.7.1. Uma vez que a licitante, no momento do encaminhamento de sua proposta no sistema, declarou ser microempresa ou empresa de pequeno porte e utilizou-se dos privilégios da Lei Complementar nº 123/2006, deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovação desse enquadramento, conforme disposto acima, informando que a mesma se enquadra nesta condição, sob pena de inabilitação do certame.

8.2. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de emissão.

NOTA IMPORTANTE:

1 - Em caso de paralisação (greve) dos servidores de Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento, que não pôde ser apresentado na data estabelecida, em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da greve.

8.3. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

8.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por Servidor do Município de Pantano Grande ou publicação em órgão de imprensa oficial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

8.4.1. Quanto aos documentos extraídos de sistema informatizado (Internet), somente serão aceitos no original impresso, ficando sujeitos à comprovação de sua autenticidade pelo pregoeiro e equipe de apoio através de consulta on-line.

8.5. Para certidões emitidas que não tenham de forma explícita o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas emissões, devendo estar válidas na data da sessão pública do pregão.

8.6. O não encaminhamento dos documentos no prazo estabelecido no **item 7.10**, sem justificativa por escrito e fundamentada, poderá resultar na inabilitação da licitante e a mesma poderá ser declarada impedida de licitar e/ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

9.1. Verificada sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, o **“JULGAMENTO SERÁ PELO MENOR PREÇO POR ITEM”**.

9.2. Para fins de julgamento de proposta, em atendimento a Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será verificado pelo Pregoeiro, também, a participação no certame de um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte **sediados local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Caso seja constatada a participação no(s) item(ns) de um mínimo de 03 (três) microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, será dada preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas, sendo desclassificadas pelo Pregoeiro as propostas das empresas **não enquadradas como ME, EPP e Microempreendedores individuais – MEI**.

9.2.1. Regionalmente, a cidade de Pantano Grande pertence ao Vale do Rio Pardo, integrado pelos seguintes municípios: Boqueirão do Leão, Encruzilhada do Sul, Mato Leitão, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Venâncio Aires, Candelária, Herveiras, Pantano Grande, Rio Pardo, Sinimbu, Vale Verde e Vera Cruz.

9.3. Se utilizado o disposto no Artigo 49, inciso II da LC nº 123/2006 (“Art. 49: Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;”), será declarado vencedor de item a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

9.4. Caso a proposta da empresa vencedora no(s) item(ns) beneficiada pelo tratamento diferenciado dado pela Lei Complementar 123/2006 não seja vantajosa a administração pública, o Pregoeiro aplicará o disposto no Art. 49, inciso III da LC 123/2006 (“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”).

9.5. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará item a item classificados em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do(s) preço(s) em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições do edital.

9.6. É facultada ao Pregoeiro a solicitação a qualquer tempo, de folders, prospectos ou amostras, no período de 03 (três) dias úteis, a contar da data de solicitação.

9.6.1. A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do(s) item(ns) proposto(s).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

9.7. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente. Em sendo aceita nos critérios determinados procederá na sua habilitação, na ordem de classificação, observando sempre o critério do menor valor e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS.

10.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente, por meio de formulário eletrônico do sistema.

10.2. Os esclarecimentos serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente, por meio de formulário eletrônico do sistema.

10.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação num prazo de até vinte e quatro horas.

10.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.5. As impugnações interpostas fora dos prazos não serão conhecidas.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o(s) item(ns) pelo pregoeiro, sempre que não houver recurso.

11.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.3. A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica objetivamente os fatos e o direito que a licitante pretenda que sejam revistos pelo pregoeiro.

12.1.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias corridos, para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias. O prazo começa a correr do término do prazo da recorrente.

12.1.3. Interposto o recurso o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade superior.

12.1.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.1.5. A falta desta manifestação por parte da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.1.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.1.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

12.1.8. Decairá do direito de impugnar perante a Administração os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a teriam viciado, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13. DAS OBRIGAÇÕES.

13.1. Da Contratante:

13.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

13.1.2. Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

13.1.3. Prestar à **CONTRATADA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

13.1.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** conforme disposto no edital, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

13.1.5. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção.

13.2. Da Contratada:

13.2.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

13.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.3. Arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.2.4. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do **CONTRATADO**;

13.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**;

13.2.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

13.2.7. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

13.2.8. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

14. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO E DA VIGÊNCIA.

14.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

14.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

14.3. Esgotado o prazo do subitem 14.1. e não havendo o licitante vencedor firmado o contrato ou cumprido as exigências para a efetivação do mesmo, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmarem o contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa de valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato e da aplicação da pena de suspensão e/ou impedimento de contratar com a Administração por período de até 2 (dois) anos.

14.4. - Da Vigência:

14.4.1. A vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contado a partir da data da assinatura do instrumento, observados os limites quanto às quantidades estipuladas, podendo o contrato ser prorrogado nas hipóteses previstas no inciso II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, e também quando houver necessidade e interesse da Administração, desde que preenchidos os requisitos legais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

14.4.2. Na hipótese de procedimento licitatório destinado à aquisição de produtos e/ou materiais para pronta entrega é dispensável a celebração do contrato, sendo o mesmo substituído pela competente Nota de Empenho, permanecendo as condições para entrega e pagamento.

15. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA.

15.1. O(s) equipamento(s) deverá(ão) ser entregue(s) na Prefeitura Municipal de Pantano Grande, na Rua Waldo Machado de Oliveira, nº 177, ou onde a mesma determinar, desde que na Sede do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura do contrato.

15.2. O(s) item(ns) deverá(ao) ser entregue(s) em conformidade às especificações e características mínimas, com qualidade igual ou superior, se for o caso, e em conformidade a(s) marca(s) apresentada(s).

15.3. Dependendo da necessidade da Administração, poderá haver alterações quanto ao prazo de entrega.

16. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO.

16.1. Em conformidade ao Art. 73, inciso I e/ou II, da Lei 8.666/93, e posteriores alterações.

16.2. Caso o produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a **CONTRATADA** deverá providenciar no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data de notificação expedida pela **CONTRATANTE**, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº. 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

17. DOS PAGAMENTOS.

17.1. O pagamento pela aquisição do(s) equipamento(s) será efetuado em uma única parcela, em até 10 (dez) dias após a entrega definitiva do produto, e da apresentação da Nota Fiscal pelo licitante vencedor, devendo as taxas, impostos, frete e descarregamento estar inclusos no preço cotado.

17.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

18.1. Para contratação deste objeto, as despesas decorrentes do presente serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Órgão 09 – Secretaria Municipal de Saúde, Unidade: 09.03 – Saúde para Todos – Recurso Federal, Função: 10 – Saúde, Sub-Função: 10301 – Atenção Básica, Programa: 103010018 – Saúde para Todos, Projeto: 103010018.1.048000 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Elemento: 4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material permanente, Recurso: 4510 – Recurso vinculado, ou com verbas provenientes de Recursos livres e/ou recursos vinculados e/ou recursos provenientes de auxílios e convênios e/ou recursos provenientes de operações de crédito contraídas pelo Município.

19. DO PREÇO.

19.1. O preço inerente à execução do contrato será o apresentado na proposta da licitante vencedora, incluída todas as despesas legais.

19.2. O preço inicialmente contratado será fixo e irrevogável pelo período contratual, para as quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência, deste edital.

19.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de realinhamento de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE.

20.1. O beneficiário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato através de solicitação formal ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos (art. 65, inciso II, alínea *d* da Lei 8.666/93).

20.2. O reequilíbrio econômico-financeiro, não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta, e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

20.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro praticado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores.

20.4. No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, conforme o art. 58, § 1º e §2º da Lei 8.666/93, será concedido reajuste ao preço proposto deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGPM/FGV.

20.5. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias, entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada nos primeiros quinze dias do mês subsequente ao bimestre citado.

20.6. A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93. Na hipótese de reajustamento de preços, o pagamento será feito através de duas faturas, sendo uma referente ao preço inicial e outra referente ao valor do ajustamento solicitado.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO.

21.1. A CONTRATADA em nenhuma hipótese poderá ceder a terceiros o presente contrato de acordo com o artigo 78, VI da Lei 8.666/93.

22. DO PARECER TÉCNICO.

22.1. Para efeito de Adjudicação deste pregão, **se necessário**, o Pregoeiro encaminhará o processo à Secretaria Municipal de competência, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora.

22.2. Ocorrendo a desclassificação da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Pregoeiro para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo-se à ordem de classificação.

22.3. Somente após tal procedimento, o Pregoeiro fará a Adjudicação à empresa vencedora.

23. DA RESOLUÇÃO.

23.1. A resolução das obrigações decorrentes deste certame se processará, de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80, da Lei nº. 8.666/93.

24. DAS PENALIDADES.

24.1. Pelo inadimplemento das obrigações, tanto na condição de participante do pregão ou as licitantes, conforme as infrações estarão sujeitas às seguintes penalidades:

24.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

24.1.2. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

24.1.3. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

24.1.4. Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

24.1.5. Executar o contrato, com atraso injustificado até o limite de 5 (cinco) dias após, os quais serão considerados como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

24.1.6. Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

24.1.7. Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

24.1.8. Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

24.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

24.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

25. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

25.1. A fiscalização do contrato será exercida por representante legal da contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução e de tudo dará ciência à contratante, conforme art. 67, da Lei Federal nº. 8.666/93.

25.2. Não obstante a Contratada é a única, exclusiva e responsável pela entrega do(s) produto(s), à Contratante é reservado o direito de sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

25.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

25.4. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do presente Edital deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

26.1. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação, na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

26.2. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, composto por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

26.3. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

26.4. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer uma das disposições do presente Edital.

26.5. Devem ser registradas por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente às referentes a serviços ou fornecimentos extras, solicitado via ofício pela **CONTRATADA** se for o caso, com a devida justificativa, protocolizando o pedido no setor de protocolo do Município, para as devidas providências.

26.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou proposta, relativa ao presente pregão.

26.7. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela equipe de apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.

26.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação.

26.9. A **CONTRATANTE** não aceitará sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do **CONTRATADO** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou, quaisquer outros.

26.10. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ser:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;
- c) revogar em conformidade ao art. 49 da 8.666/93 e alterações.

26.11. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação em vigor e elegem as partes o Foro da Cidade de Rio Pardo/RS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.12. O Município de Pantano Grande se reserva o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

26.13. Atuarão neste certame as servidoras Veridiana Carlos Hieger, matrícula nº 560-6, e Letícia da Silveira Carlos, matrícula nº 1419-2, Pregoeira Oficial e Substituta, respectivamente, bem como os servidores Geruza Dutra Carvalho, matrícula nº 140-6, Gilvanir Alex Grandó, matrícula nº 393-0, e Eloisa de Alexandrino Freitas, matrícula nº 1423-0, membros da Equipe de Apoio.

26.14. A Pregoeira e sua equipe de apoio encontram-se disponíveis para esclarecimentos e/ou informações complementares, pelo sistema eletrônico ou pelo fone (51) 3734-2217, Ramal 206, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min.

27. SÃO ANEXOS INTEGRANTES DESTA EDITAL:

- | | |
|------------|---|
| Anexo I | Termo de Referência. |
| Anexo II | Modelo de Procuração. |
| Anexo III | Modelo de Declaração de Idoneidade. |
| Anexo IV | Modelo de Declaração do Artigo 7º da Constituição. |
| Anexo V | Modelo do Enquadramento para ME's ou EPP's. |
| Anexo VI | Modelo do Enquadramento de Cooperativa. |
| Anexo VII | Modelo da Proposta de Preços Ajustada ao Lance Final. |
| Anexo VIII | Modelo de Minuta de Contrato. |
| Anexo IX | Preço Estimado para Contratação. |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

Prefeitura Municipal de Pantano Grande, em 14 de junho de 2018.

Cassio Nunes Soares
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

1) **OBJETO:** Seleção da proposta mais vantajosa para a administração, visando a aquisição de 02 (DUAS) CÂMARAS/GELADEIRAS PARA CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS A ENERGIA SOLAR PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, com características e especificações conforme descrição no item 3, deste Termo de Referência, de acordo com a proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 10542.928000/1170-01 do Ministério da Saúde.

2) **FINALIDADE:** As câmaras/geladeiras a serem adquiridas servirão para utilização na Secretaria de Saúde, com o objetivo de conservar e armazenar os imunobiológicos na sala de vacinas do Posto de Saúde Capivarita e no Programa Saúde da Família Vila Nova (PSF Vila Nova), garantindo segurança absoluta e longa vida para as vacinas.

3 – DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:

3.1. O(s) bem(ns)/produto(s) a ser(em) adquirido(s) deverá(ao) obedecer às **características mínimas** descritas no seguinte quadro:

ITEM 01:

Objeto: CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS A ENERGIA SOLAR

Quantidade: 02 Unidades

Descrição/Características/Acessórios: Câmara/Geladeira para conservação e armazenamento científico de imunobiológicos e/ou outros materiais termolábeis alimentada por energia proveniente da luz solar. Capacidade interna de no mínimo 30 litros. Gabinete externo do tipo horizontal, construído em chapas de aço galvanizadas e tratadas quimicamente, para evitar processos de corrosão, com revestimento de pintura epóxi. Montado sobre chassi metálico e sapatas niveladoras roscadas. Gabinete interno construído em aço inoxidável dotados de no mínimo 02 racks para acondicionamento das vacinas. Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade. Porta do tipo cega com abertura horizontal, vedação através de perfil magnético e puxador anatômico. Refrigeração através de compressor hermético, sistema de refrigeração estático com gás ecológico R-134A isento de CFC. Painel de comando montado na parte superior da câmara com chave geral, fusíveis de proteção, painel frontal do tipo membrana que deve apresentar no mínimo e simultaneamente as temperaturas de momento, máxima e mínima sem a necessidade de acionar algum botão facilitando assim o monitoramento. Termostato eletrônico microprocessado com mostrador digital da temperatura e dos parâmetros de programação, sistema de travamento da programação contra manuseio inadvertido, sistema que restabelece os parâmetros programados mesmo com variação brusca de energia ou desligamento do equipamento. Filtro contra ruídos eletromagnéticos. Dotado com 02 sensores tipo NTC, sendo um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

para leitura digital da temperatura (simulando temperatura da vacina) imerso em solução de glicerol e outro ligado ao sistema de segurança, com atuação totalmente independente. Possuir indicação visual e simultânea para equipamento energizado, desvios de temperatura, carga da bateria e bateria fraca. Possuir alarmes para desvios de temperatura, temperatura alta e baixa, bateria fraca, falta de alimentação elétrica e porta aberta com tecla de inibição para silenciar o buzzer programável. Faixa de trabalho de 2°C e 8°C. Registrador eletrônico das temperaturas mínima e máximas atingidas. Sistema de segurança com termostato instalado em paralelo ao controlador eletrônico da câmara, assumindo automaticamente as funções de comando do compressor de frio sempre que houver falha no comando eletrônico. O equipamento deve ser alimentado por energia elétrica proveniente da luz solar através de placas fotovoltaicas. O sistema deve acompanhar kit de energia solar composto por painel (is) fotovoltaico (s) com suporte de fixação, 01 controlador de carga, cabos de tamanho suficiente e conectores, quadro de comando e bateria de chumbo-ácido selada estacionária integrada ao gabinete. O kit deverá ser dimensionado de acordo com a especificação técnica da câmara e deverá garantir autonomia de no mínimo 48 horas de funcionamento na ausência de luz solar.

3.2. O(s) bem(ns)/produto(s) deverá(ão) ter garantia assegurada pelo licitante vencedor, junto ao fabricante, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, a contar da entrega do respectivo bem/produto.

3.3. Dentro do prazo de que trata o item anterior, o fornecedor se responsabilizará por todos os defeitos e problemas que o(s) produto(s)/equipamento(s) apresentar(em), que comprovadamente sejam detectados no ato de entrega ou que venham a surgir no período citado, não decorrentes de mau uso ou uso anormal.

3.4. Havendo necessidade de reposição de peças ou componentes durante a garantia, o fornecedor deverá efetuar a referida reposição com peças ou componentes originais, fornecidos pela empresa fabricante ou por seu representante credenciado.

3.5. O fornecedor deverá prestar assistência técnica aos bens/produtos fornecidos, por si ou por representante expressamente credenciado para esse fim, ou indicar ponto de assistência pelo fabricante, não podendo a assistência técnica estar distante mais de 150 (cento e cinquenta) quilômetros da sede do Município de Pantano Grande, devendo constar da proposta a identificação do prestador da assistência técnica.

4) VALIDADE DA PROPOSTA: de no mínimo 60 (sessenta) dias.

5) DO PRAZO DE ENTREGA:

5.1. Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Pantano Grande, na Rua Waldo Machado de Oliveira, nº 177, ou onde a mesma determinar, desde que na sede do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura do contrato, dentro dos limites de prazo e quantidades determinados neste Edital.

5.2. O(s) item(ns) deverá(ao) ser entregue(s) em conformidade às especificações e características mínimas, dentro dos padrões exigidos pelo mercado e pelas normas técnicas específicas a eles pertinentes e em conformidade as marcas apresentadas.

5.3. Dependendo da necessidade da Administração, poderá haver alterações quanto ao prazo de entrega.

6) DO PRAZO DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento pela aquisição do(s) equipamento(s) será efetuado em uma única parcela, em até 10 (dez) dias após a entrega definitiva do produto, e da apresentação da Nota Fiscal pelo licitante vencedor, devendo as taxas, impostos, frete e descarregamento estar inclusos no preço cotado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Prefeitura Municipal de Pantano Grande, em 14 de junho de 2018.

Cassio Nunes Soares
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO II

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

MODELO – PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº., e Inscrição Estadual sob o nº., representada neste ato por seu(s)(qualificação(ões), do(s) outorgante(s) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. e CPF sob nº., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o(a) Sr.(a), (qualificação), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. ... , e CPF sob nº. ..., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa), perante o Município de Pantano Grande/RS, no que se referir ao Edital de Pregão Eletrônico nº. 0___ / 20___, especialmente para tomar toda e qualquer decisão durante as fases deste Pregão, inclusive apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, oferecer/assinar **PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** em nome da Outorgante, formular lances na etapa de lances, negociar a redução de preço, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, firmar contrato em nome da Outorgante, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o final de todo o processo deste Pregão Eletrônico nº. 0___ / 20___, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 20__.

Diretor Sócio-Gerente ou Equivalente.
(Reconhecer Firma)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO III

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

MODELO – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede _____, não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, Art. 87, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações. Bem como, comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à Capacidade Jurídica, Técnica, Regularidade Fiscal, Regularidade Trabalhista e Econômico-Financeira.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual firmamos abaixo.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

(Carimbo do CGC)

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

MODELO – DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º. CONSTITUIÇÃO

(Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, com sede _____, declara para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº. 0___/20___, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual firmamos abaixo.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

(Carimbo do CGC)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO V

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

MODELO – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME's ou EPP's).

Declaro sob as penas da Lei, que a licitante....., CNPJ/MF sob nº., com sede, se enquadra na definição do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, pelo que pretende **EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA**, conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual firmamos abaixo.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

Assinatura do Contador - (carimbo)

ANEXO VI

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

MODELO – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO P/ COOPERATIVA.

Declaro sob as penas da Lei, que a licitante Cooperativa, CNPJ/MF sob nº., com sede, se enquadra no limite da receita determinada pela Lei Complementar, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, pelo que pretende **EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA** conferido por Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incurso em nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual firmamos abaixo.

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

Assinatura do Contador - (carimbo)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO VII

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE FINAL.

À Prefeitura Municipal de Pantano Grande.

Prezados Senhores,

A Empresa....., com sede na Rua/Av., nº., Bairro: , CEP: , Município de , UF: , inscrita no CNPJ sob nº., abaixo assinada por seu representante legal, participou do presente pregão, sagrando-se vencedora no(s) item(ns) abaixo relacionado(s), e propõe a este Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório de acordo com a PRESENTE PROPOSTA AJUSTADA AO LANCE FINAL, nos seguintes termos:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA/ MODELO | QUANT. | UNID. | V. UNIT R\$ | V. TOTAL R\$ |
|------|---------------|------------------|--------|-------|----------------|-----------------|
| | | | | | | |

Valor Total da Proposta: **R\$** (.....).

1) Declaramos que estamos de acordo com os termos do Edital e seus Anexos e acatamos suas determinações, bem como informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre os produtos, objeto desta licitação.

2) O prestador da assistência técnica é a empresa _____, localizada no seguinte endereço: _____.

3) Dados Bancários:

Banco:

Agência: Nº.

Conta Corrente: Nº.

4) Nome do Representante Legal que firmará contrato com a administração:

Sr. (Sócio-Diretor)

RG: CPF:

Fone: Fax:

Celular:

e-mail:

_____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal.

Carimbo CNPJ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO VIII

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

Minuta de Contrato de Fornecimento

CONTRATO Nº ____/____
TIPO: FORNECIMENTO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PANTANO GRANDE**, com sede na cidade de Pantano Grande/RS, na rua Waldo Machado de Oliveira, nº 177, inscrito no CNPJ sob nº 91.342.667/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, por seu representante legal, infra-assinado, Sr(a). _____, RG nº _____, CPF nº _____, com domicílio na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato de Fornecimento, resultante da licitação efetuada no Processo Licitatório nº ____/____, modalidade Pregão Eletrônico nº ____/____, e que reger-se-á pelas cláusulas e condições especificadas em seguida, sob a égide da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, da Lei nº 8.078, de 11.09.1990, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro e de outras referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

Cláusula 1ª – OBJETO:

O presente contrato tem por objeto o fornecimento do(s) seguinte(s) bem(ns)/produto(s), observadas a proposta da CONTRATADA e todas as exigências do Processo Licitatório nº ____/____, modalidade Pregão Eletrônico nº ____/____, partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição:

____ (descrição do objeto da licitação em que a empresa contratada foi vencedora, devendo constar obrigatoriamente a quantidade, as características, a marca e o modelo) _____.

Cláusula 2ª – PRAZO, VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

O(s) produto(s)/bem(ns) objeto deste contrato deverá(ão) ser entregue(s) pela CONTRATADA na Prefeitura Municipal de Pantano Grande, na rua Waldo Machado de Oliveira, nº 177, Pantano Grande/RS, no prazo máximo de ____ (____) dias, contados da data da assinatura deste instrumento.

§ 1º - O prazo de que trata o 'caput' desta cláusula poderá, a critério do CONTRATANTE, ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja requerido, de forma motivada e durante o transcurso do prazo original.

§ 2º - Se, vencido o prazo, a CONTRATADA não entregar o bem/produto, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, entregarem o bem que ofertaram, desde que em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação, sem prejuízo de pena ou multa.

§ 3º - A CONTRATADA se compromete a entregar o objeto da licitação conforme o exigido na quantidade exata e qualidade igual ou superior, se for o caso.

§ 4º - Os bens/produtos solicitados serão recebidos, PROVISORIAMENTE, para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com a especificação e condições, e, caso seja constatado que não correspondem em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação, será



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

exigida do fornecedor a sua substituição ou será rejeitado o fornecimento, sem qualquer ônus para o Município.

§ 5º - Caso seja constatado que o bem entregue não corresponde em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 05 dias, a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei de Licitações e no Código do Consumidor.

§ 6º - Após a verificação, nada havendo que obste a aceitação, o produto será recebido, DEFINITIVAMENTE, quando então começará a correr o prazo para o pagamento.

§ 7º - A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contada a partir da data da assinatura do instrumento, observados os limites quanto às quantidades estipuladas, podendo o contrato ser prorrogado nas hipóteses previstas no inciso II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, e também quando houver necessidade e interesse da Administração, desde que preenchidos os requisitos legais.

Cláusula 3ª – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Pela aquisição do(s) bem(ns)/produto(s) fornecido pela CONTRATADA, e objeto deste contrato, o CONTRATANTE fará o pagamento da importância de R\$ _____ (_____), na forma estipulada nesta cláusula.

§ 1º - Estão incluídas no preço todas as despesas com frete/transporte, mão de obra, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, especialmente as referentes à prestação de assistência técnica corretiva para o bem/produto, durante o período da garantia.

§ 2º - O pagamento pela aquisição será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega definitiva dos bens/produtos objeto deste certame, observadas as condições do Edital.

§ 3º - O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante a apresentação da(s) respectiva(s) fatura(s) e Nota(s) Fiscal(is) e com a observância do artigo 5º, da Lei 8.666/93, devendo as taxas, impostos, fretes e descarregamento estar inclusos no preço cotado.

§ 4º - Na hipótese de substituição ou rejeição, conforme a cláusula 2ª, parágrafo 5º, o prazo para pagamento começa a contar do recebimento efetivo do(s) produto(s), depois de sanado o motivo que deu causa à substituição ou rejeição.

§ 5º - Havendo atraso no pagamento, será procedido a título de inadimplência o pagamento de 1% (um por cento) ao mês de juros.

§ 6º - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 7º - Na hipótese de reajustamento de preços, previsto em lei, o pagamento será feito através de duas faturas, sendo uma referente ao preço inicial e a outra referente ao valor do ajustamento.

§ 8º - Para contratação deste objeto, as despesas decorrentes do presente serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Órgão 09 – Secretaria Municipal de Saúde, Unidade: 09.03 – Saúde para Todos – Recurso Federal, Função: 10 – Saúde, Sub-Função: 10301 – Atenção Básica, Programa: 103010018 – Saúde para Todos, Projeto: 103010018.1.048000 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, Elemento: 4.4.90.52.00.0000 – Equipamentos e Material permanente, Recurso: 4510 – Recurso vinculado, ou com verbas provenientes de Recursos livres e/ou recursos vinculados e/ou recursos provenientes de auxílios e convênios e/ou recursos provenientes de operações de crédito contraídas pelo Município.

Cláusula 4ª – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL:

Pela não entrega, total ou parcial, dentro do prazo estipulado, do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pantano Grande

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de quinze dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até dois anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º - Os motivos a seguir, entre outros, também sujeitam a CONTRATADA às penalidades tratadas na condição prevista no 'caput' desta cláusula:

I - recusa injustificada em receber a nota de empenho;

II - recusa em substituir qualquer material defeituoso empregado na confecção/instalação do(s) produto(s)/equipamento(s) objeto desta licitação, que vier a ser rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, ou no prazo para tanto estabelecido pela Administração, contado da data da rejeição;

III - descumprimento de alguma das condições e dos prazos estabelecidos no edital de licitação e na sua proposta de fornecimento;

§ 2º - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida forma maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

§ 3º - A critério do Município, na ocorrência de multa, o valor poderá ser descontado dos valores que estejam eventualmente pendentes de pagamento à CONTRATADA.

Cláusula 5ª – FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste Contrato ocorrerá por conta da CONTRATADA, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes e já incluídos no valor do Contrato, sem prejuízo da fiscalização e supervisão, concomitantemente, por parte do CONTRATANTE, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, que a realizará por um representante especialmente designado.

§ 1º - Quaisquer exigências do CONTRATANTE, resultantes da sua fiscalização, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, desde que estejam de acordo com o exigido no Edital referente ao Processo Licitatório nº ____/_____, e seus anexos.

§ 2º - O servidor _____(nome e matrícula), é nomeado como fiscal do presente contrato.

Cláusula 6ª – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

§ Único - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Cláusula 7ª – RESOLUÇÃO CONTRATUAL:

O presente Contrato poderá ser resolvido, assegurado o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer dos fatos indicados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de resolução administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

§ 2º - O CONTRATANTE poderá considerar resolvido o contrato, de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a CONTRATADA:

- a) deixar de executar o objeto do contrato, nos prazos estabelecidos, ou infringir qualquer disposição contratada;
- b) tiver decretada sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- c) recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do serviço;
- d) atrasar, injustificadamente, o início do serviço;
- e) cometer faltas durante a execução do serviço;
- f) promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

Cláusula 8ª – CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e com os princípios gerais de direito.

Cláusula 9ª – PUBLICAÇÃO:

O Extrato do presente Contrato será publicado na imprensa oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, Parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 10ª – FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo/RS, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estabelecidas, firmam o presente termo contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Pantano Grande, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

(NOME E MATRÍCULA)
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

ANEXO IX

Processo Licitatório nº 037/2018 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018

PREÇO DE REFERÊNCIA DO PRODUTO A SER LICITADO, TOMADOS A PARTIR DE PREÇOS DE MERCADO FORNECIDOS PELA SECRETARIA SOLICITANTE.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT./ UNIDADE | VALOR UNIT. (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|-----------------|-------------------|-------------------|
| 01 | <p>Câmara/Geladeira para conservação e armazenamento científico de imunobiológicos e/ou outros materiais termolábeis alimentada por energia proveniente da luz solar. Capacidade interna de no mínimo 30 litros. Gabinete externo do tipo horizontal, construído em chapas de aço galvanizadas e tratadas quimicamente, para evitar processos de corrosão, com revestimento de pintura epóxi. Montado sobre chassi metálico e sapatas niveladoras roscadas. Gabinete interno construído em aço inoxidável dotados de no mínimo 02 racks para acondicionamento das vacinas. Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade. Porta do tipo cega com abertura horizontal, vedação através de perfil magnético e puxador anatômico. Refrigeração através de compressor hermético, sistema de refrigeração estático com gás ecológico R-134A isento de CFC. Painel de comando montado na parte superior da câmara com chave geral, fusíveis de proteção, painel frontal do tipo membrana que deve apresentar no mínimo e simultaneamente as temperaturas de momento, máxima e mínima sem a necessidade de acionar algum botão facilitando assim o monitoramento. Termostato eletrônico microprocessado com mostrador digital da temperatura e dos parâmetros de programação, sistema de travamento da programação contra manuseio inadvertido, sistema que restabelece os parâmetros programados mesmo com variação brusca de energia ou desligamento do equipamento. Filtro contra ruídos eletromagnéticos. Dotado com 02 sensores tipo NTC, sendo um para leitura digital da temperatura (simulando temperatura da vacina) imerso em solução de glicerol e outro ligado ao sistema de segurança, com atuação totalmente independente. Possuir indicação visual e simultânea para equipamento energizado, desvios de temperatura, carga da bateria e bateria fraca. Possuir alarmes para desvios de temperatura, temperatura alta e baixa, bateria fraca, falta de alimentação elétrica e porta aberta com tecla de inibição para silenciar o buzzer programável. Faixa de trabalho de 2°C e 8°C. Registrador eletrônico das temperaturas mínima e máximas atingidas. Sistema de segurança com termostato instalado em paralelo ao controlador eletrônico da câmara, assumindo automaticamente as funções de comando do compressor de frio</p> | 02 Unidades | 10.543,86 | 21.087,72 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Pantano Grande

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>sempre que houver falha no comando eletrônico. O equipamento deve ser alimentado por energia elétrica proveniente da luz solar através de placas fotovoltaicas. O sistema deve acompanhar kit de energia solar composto por painel (is) fotovoltaico (s) com suporte de fixação, 01 controlador de carga, cabos de tamanho suficiente e conectores, quadro de comando e bateria de chumbo-ácido selada estacionária integrada ao gabinete. O kit deverá ser dimensionado de acordo com a especificação técnica da câmara e deverá garantir autonomia de no mínimo 48 horas de funcionamento na ausência de luz solar.</p> | | | |
|--|--|--|--|

Valor total estimado: R\$ 21.087,72 (Vinte e um mil, oitenta e sete reais e setenta e dois centavos).